

Manifestações Esportivas na formação docente em Educação Física: uma discussão atual e necessária

Sport Manifestations in Physical Education Teacher Education: A Current and Necessary Discussion

Modalidades deportivas en La formación docente en Educación Física: una discusión actual y necesaria

Erik Giuseppe Barbosa Pereira¹

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Guilherme Gonçalves Baptista²

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Luciana Marins Nogueira Peil³

Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Vitória da Silva Bemvenuto Bonifacio⁴

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Recebido em: 31/03/2026.

Aceito em: 27/07/2026.

Revisado em: 01/10/2026.

Resumo

A formação em Educação Física no Brasil enfrenta transformações significativas impulsionadas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais nos últimos oito anos. Este ensaio reflete sobre a presença das manifestações esportivas coletivas no currículo da formação docente, tomando como objeto **de reflexão** uma proposta de reforma curricular elaborada pelo Núcleo Docente **Estruturante do curso de Licenciatura em Educação Física da UFRJ**. **Problematiza-se em que medida a reorganização do estatuto curricular das modalidades esportivas coletivas garante a profundidade necessária ao ensino das manifestações esportivas na formação docente**. Sustenta-se que a indissociabilidade entre esporte e Educação Física é central para uma atuação humanista, técnica, crítica e reflexiva na Educação Básica. Assim, ressignificar o esporte no contexto escolar pressupõe ensiná-lo em sua integralidade, técnica, tática, social e crítica, pois invisibilizar qualquer dessas dimensões compromete tanto a formação docente quanto a experiência discente na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Física. Formação de professores. Modalidades esportivas.

¹egiuseppe@eefd.ufrj.br

²guilhermebaptista@eefd.ufrj.br

³luciana.peil@eefd.ufrj.br

⁴bemvenutovitoria@gmail.com

Abstract

Physical Education teacher education in Brazil has undergone significant transformations driven by the new National Curriculum Guidelines over the past eight years. This essay reflects on the presence of collective sport manifestations in teacher education curricula, focusing on a curriculum reform proposal developed by the Structuring Teaching Committee of the Bachelor's Degree Program in Physical Education at UFRJ. It problematizes the extent to which the reorganization of the curricular status of collective sport modalities ensures the depth necessary for teaching sport manifestations in teacher education. It argues that the inseparability of sport and Physical Education is central to a humanistic, technical, critical, and reflective approach to teaching in Basic Education. Thus, resignifying sport in the school context requires teaching it in its entirety – technically, tactically, socially, and critically – since overlooking any of these dimensions compromises both teacher education and students' experiences in Basic Education.

Keywords: Physical Education. Teacher Education. Sports Modalities.

Resumen

La formación en Educación Física en Brasil ha experimentado transformaciones significativas impulsadas por las nuevas Directrices Curriculares Nacionales en los últimos ocho años. Este ensayo reflexiona sobre la presencia de las manifestaciones deportivas colectivas en el currículo de la formación docente, tomando como objeto una propuesta de reforma curricular elaborada por el Núcleo Docente Estructurante del curso de Licenciatura en Educación Física de la UFRJ. Se problematiza en qué medida la reorganización del estatuto curricular de las modalidades deportivas colectivas garantiza la profundidad necesaria para la enseñanza de las manifestaciones deportivas en la formación docente. Se sostiene que la indisociabilidad entre deporte y Educación Física es central para una actuación humanista, técnica, crítica y reflexiva en la Educación Básica. Así, resignificar el deporte en el contexto escolar implica enseñarlo en su integralidad, en sus dimensiones técnica, táctica, social y crítica, ya que invisibilizar cualquiera de estas dimensiones compromete tanto la formación docente como la experiencia del estudiantado en la Educación Básica.

Palabras clave: Educación Física. Formación Docente. Modalidades Deportivas.

Primeiras palavras

A formação em Educação Física no Brasil tem atravessado importantes transformações. Nos últimos oito anos, por exemplo, o Ministério da Educação (MEC) publicou duas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para esta formação: as DCNs dos cursos de Educação Física (Brasil, 2018), as quais tanto a Licenciatura quanto o Bacharelado deveriam adequar-se; e as DCNs para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escola Básica (Brasil, 2024), as quais apenas o curso de Licenciatura em Educação Física deverá atender.

As DCNs não se resumem a uma modificação na grade curricular dos cursos com propostas de alterações de disciplinas. Quando discutidas, tramitadas, votadas e publicadas, as DCNs provocam maneiras outras de refletirmos, enxergarmos e considerarmos a formação em sua complexidade:

considerando suas dimensões humanas, técnicas, científicas, filosóficas, críticas, reflexiva e ética (Brasil, 2018; 2024).

Nesse processo, paradigmas e perspectivas de se compreender e praticar a Educação Física são colocados em evidência, provocando debates fundamentais: quais formações são desejadas e necessárias à época em que vivemos e ao futuro que vislumbramos; quais princípios balizam/devem balizar o processo formativo nessa área de conhecimento; quais identidades profissionais a formação inicial quer engajar; quais conteúdos são negociáveis e/ou inegociáveis à Educação Física em seu contexto escolar e extraescolar *etc.*.

Frente a isso, este ensaio tem por interesse refletir sobre o processo de reforma curricular em andamento no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD/UFRJ), onde atuamos. A primeira versão dessa proposta, formulada inicialmente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) em consonância com a Resolução CNE/CP nº 04/2024 e apresentada ao corpo social da Instituição em agosto de 2025, foi a propulsora de nossa discussão. Ressaltamos que as reflexões aqui suscitadas emergiram e começaram a ser organizadas como ensaio durante a análise da versão inicial da proposta curricular.

Dentre as sugestões de mudanças curriculares, destacamos a instituição de uma nova disciplina obrigatória de 60 horas, denominada *Pedagogia dos Esportes Coletivos I*. Na proposta analisada, as quatro disciplinas obrigatórias⁵ associadas a modalidades esportivas coletivas (Fundamentos do Futebol, do Voleibol, do Basquetebol e do Handebol) constavam como disciplinas eletivas de escolha condicionada. Entendemos, todavia, que essa previsão não equivale à garantia de acesso do corpo discente aos conteúdos específicos em questão, uma vez que a disciplina eletiva pode não ser escolhida pelo discente e, eventualmente, pode nem ser ofertada pelo departamento competente em um dado semestre. Sublinhamos ainda que a proposta inicial sofreu alteração a partir dos debates fomentados junto ao corpo social de nossa Instituição de Ensino Superior (IES) durante duas reuniões do NDE com as chefias de departamento da Unidade, estudantes e demais docentes realizadas nos dias 01 e 14 de

⁵Embora o foco esteja na análise dos esportes coletivos (Fundamentos do Futebol, do Voleibol, do Basquetebol e do Handebol), outras disciplinas obrigatórias relacionadas às manifestações esportivas também foram alvo de sugestões de alteração, entre elas: Prática da Natação; Fundamentos da Natação; Fundamentos do Atletismo; Fundamentos da Ginástica Artística; e Fundamentos de Capoeira. Na mesma proposta constavam ainda sugestões de criação das disciplinas: Adaptação ao Meio Aquático; Fundamentos das habilidades de corrida, salto e lançamentos; Capoeira e Lutas brasileiras; e Pedagogia das Lutas.

setembro de 2025. Debates que, na condição de docentes, estivemos presentes: acompanhando e provocando, junto aos/às demais, as modificações necessárias. Nesse sentido, a escrita deste ensaio foi/é construída com o intuito de fazer-se abertura às possibilidades de pensarmos o currículo de forma coletiva, compreendendo como o esporte, como fenômeno cultural, social e formativo, pode e deve ocupar um lugar estruturante na formação em Educação Física.

Além dessas alterações, outras também se sucederam e os desdobramentos institucionais podem ser consultados no processo disponível publicamente via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da referida Instituição, sob número 23079.248934/2025-89.

Assim, tomamos essa proposta inicial como objeto de análise e centramos a discussão **na concepção** dos esportes coletivos na nova grade curricular. Defendemos que a **transformação de disciplinas obrigatórias associadas às modalidades esportivas coletivas em eletivas de escolha condicionada, concomitante à instituição de uma nova disciplina obrigatória de 60 horas, pode** comprometer a profundidade do ensino dessas modalidades na licenciatura e, por consequência, na Educação Básica. Trata-se, portanto, de uma discussão epistemológica sobre como deve se constituir a base de conhecimento para a formação de professores de Educação Física.

Nessa direção, consideramos que a Educação Física, como componente curricular, transcende a mera prática de exercícios físicos. Ela se configura como um campo de saber que aborda a cultura corporal de movimento em suas múltiplas dimensões histórica, social, cultural, política, pedagógica e biológica. Dentro desse universo, os esportes ocupam um lugar de destaque, não apenas por sua popularidade e apelo social, mas, sobretudo, por seu potencial pedagógico na formação integral dos sujeitos. Contudo, conforme demonstra Cunha (2021) ao analisar o pensamento de Maurice Baquet, o esporte é visto como uma possibilidade educativa que não se realiza por natureza; suas virtudes são latentes e exigem mediação docente intencional. Essa perspectiva coloca em xeque a leitura reducionista que associa o esporte à tendência esportivista que historicamente marcou a Educação Física (Marinho, 2012).

Acreditamos, assim, que a presença das manifestações esportivas coletivas no currículo da formação de professores de Educação Física constitui elemento relevante para uma formação que compreenda o esporte como uma manifestação fundamental da cultura corporal de movimento e, simultaneamente, reconheça a pluralidade de práticas e conhecimentos que constituem a área, favorecendo uma atuação docente humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética (Brasil, 2018).

Cabe destacar que o olhar que lançamos a essa temática, portanto, trata-se de uma forma de ver situada (Stengers, 2023): ligada tanto ao lugar geográfico a qual estamos conectados (a IES em questão) quanto ao exercício de situarmos aquilo que sabemos ao passo que vinculamos esse conhecimento às questões que nos são importantes, bem como aos processos por meio dos quais nos envolvemos para respondê-las. Logo, a mirada que aqui propomos parte de onde estamos e de quem estamos sendo: quatro professores de Educação Física atuantes no Ensino Superior Federal, com experiências que variam entre 2 e 35 anos na docência, atuando na formação inicial tanto na Licenciatura quanto no Bacharelado, incluindo disciplinas de manifestações esportivas coletivas. Além disso, dois dos autores desenvolvem pesquisas sobre formação de professores, atuando dentro e fora da escola, no campo da Educação Física. Sob essa perspectiva, viabilizamos neste texto possibilidades para suscitar aspectos de uma investigação que se faz desde dentro (Imbernón, 2010). Ou seja: um estudo cocriado por pessoas que contribuem na construção coletiva do espaço formativo no qual atuam profissionalmente, implicadas em discutir a respeito das emergências que lhes perpassam nesse cotidiano.

Diante disso, o ensaio teórico, como forma e método (Adorno, 2003; Larrosa, 2003), nos mobiliza a confundir as fronteiras, estremecer as diferenças, incomodar definições únicas sobre ciência, conhecimento, objetividade e racionalidade. Colocando em suspensão conceitos, teorias e formas de abordá-las estritamente organizadas de uma única maneira (Adorno, 2003). Nessa configuração, as reflexões aqui incitadas assumem e se aceitam em seu caráter temporário, efêmero, finito e presente (Larrosa, 2003). Assim, compreendemos que nossas motivações, escritas e articulações com o campo de conhecimento da Educação Física estão inteiramente situadas sob os aspectos que o ancoram e incrustam neste tempo e nas emergências que o caracterizam diante das mudanças/reflexões das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2018; 2024).

Considerando isso, organizamos este ensaio em quatro seções, seguidas das considerações finais. Na primeira, discutimos o esporte como espaço de lutas simbólicas, abordando suas representações e práticas. Na segunda, articulamos esse debate às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Base Nacional Comum Curricular. Na terceira, mobilizamos referenciais teóricos da Educação Física brasileira para fundamentar a multidimensionalidade dos esportes e os impactos de reduzir seu ensino a abordagens superficiais. Na quarta, analisamos criticamente a proposta de reforma curricular em curso na instituição. Por fim, entendendo que as discussões sobre as questões levantadas não se encerram aqui, fazemos nossas considerações temporariamente finais.

O esporte como espaço de lutas simbólicas: representações e práticas

O esporte, como fenômeno cultural, constitui-se como um espaço de lutas simbólicas em torno de suas representações e práticas. Compreendê-lo nessa dimensão, contudo, não implica negar que possui fins em si mesmo: afirmamos o valor da vivência da prática, a importância de aprender uma manifestação esportiva e o prazer de praticá-la. Nesse sentido, sublinhamos que os esportes são também conteúdos significativos para o desenvolvimento de aprendizagens humanas importantes, como o trabalho em equipe, a tomada de decisão, a resolução de problemas, o respeito às regras, a ética, a cooperação e a compreensão da complexidade das relações humanas e sociais. O conhecimento técnico e tático figura entre os fatores que nos habilitam ao prazer da prática.

Por outro lado, defender que o esporte possui um fim em si mesmo não significa negar suas interfaces sociais. Essas interfaces sociais, longe de serem periféricas, são transversais ao fenômeno esportivo, ainda que não constitutivas de seu cerne. Questões de gênero, raça, inclusão ou mobilidade social atravessam o esporte, assim como atravessam praticamente todas as instituições sociais. A título de ilustração, o estudo de Góis Junior (2025) sobre a imprensa alternativa na Ditadura Militar demonstra como o esporte foi mobilizado como ferramenta de resistência e afirmação identitária. Tal cenário evidencia o fenômeno esportivo como um espaço de disputas simbólicas, destacando que as lutas em torno de suas representações e práticas são constitutivas de sua importância social.

Se essas disputas revelam uma face do fenômeno esportivo, seu apelo duradouro remonta também sobre outro aspecto: a dimensão afetiva da prática. Para Elias e Dunning (1992), o esporte é uma atividade mimética das sociedades modernas, capaz de oferecer uma forma controlada de excitação que a vida cotidiana, regida cada vez mais pelo autocontrole, costuma conter. A incerteza do resultado ou a emoção de uma partida equilibrada são vistas como experiências que permitem a vivência de uma tensão prazerosa, por vezes evitada no cotidiano. Cabe exaltar que esse apelo não decorre de um gosto natural, mas de um processo histórico que constituiu o esporte como espaço de produção de emoções, dimensão que reforça seu estatuto de patrimônio cultural a ser ensinado em sua integralidade.

Tal perspectiva é ratificada pela Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (2015), que

categoriza o esporte como patrimônio imaterial e direito fundamental (artigo 1º). Ao delegar também aos sistemas educacionais a responsabilidade de garantir o acesso a essa prática, esta Carta estabelece que o ensino do esporte na Educação Física escolar, com sua complexidade técnica e tática, não é uma concessão pedagógica, mas a garantia de um direito formativo essencial na sociedade contemporânea.

Cabe reconhecer ainda que o esporte atua como um dos principais vetores de mobilização da sociedade contemporânea, configurando-se como um elemento central na produção de sentidos e na afirmação de identidades (Taborda de Oliveira, 2009). Para além de uma preferência individual, o fenômeno esportivo mobiliza a construção de subjetividades e rituais coletivos, o que justifica sua presença tanto na formação de professores quanto no cotidiano da Educação Básica. Considerar o esporte em suas múltiplas dimensões, incluindo as técnicas e táticas, é reconhecer sua vasta potencialidade e relevância como expressão cultural no mundo contemporâneo. São justamente essas características que o tornam um objeto de ensino indispensável para ser pensado e vivenciado na Educação Básica, por exemplo, e na Superior, portanto.

Reconhecer esse potencial significa visibilizar que a escola (de Educação Básica e de Formação de professores, na figura da IES) tem a responsabilidade de garantir o acesso a essa experiência em suas dimensões técnicas, táticas e culturais, mediando-a de forma crítica e intencional. Nesse cenário, em consonância com o “dever de resistir” da escola, Biesta (2018) argumenta que a educação deve transcender a mera qualificação funcional para promover, igualmente, a subjetivação e a socialização do sujeito. A vivência do esporte, com seus desafios técnicos e interações coletivas, torna-se, assim, um campo fértil para impulsionar um “modo não ego-lógico de ser no mundo”, isto é, uma existência que reconhece os limites da realidade e a presença do outro como freios aos próprios desejos. Ao confrontar o sujeito com a alteridade, a prática esportiva pode responder a desafios existenciais da vida contemporânea para uma atuação crítica que vai além da simples sobrevivência e/ou apenas do acompanhamento das demandas da sociedade.

Em consonância com essa perspectiva crítica, Tarcísio Vago (1996) defendeu que a escola possui a responsabilidade de edificar uma cultura esportiva que não se limite à reprodução do esporte hegemônico, mas que, ao contrário, mantenha com ele uma relação de tensão constante. Tal postura crítica é fundamental para promover uma intervenção propositiva na trajetória cultural da sociedade. Portanto, o processo de formação de professores assume um eixo central, configurando-se como um espaço plural e dialógico para a exploração das diversas perspectivas sobre o esporte, que devem ser

abordadas em toda a sua particularidade e não se esgotam em uma única disciplina.

Para Rodrigues e Darido (2008), há um mal-entendido comum de que a abordagem crítica do esporte implicaria na negação da técnica. Contudo, a técnica esportiva, entendida aqui como a maneira culturalmente determinada de usar o corpo (Mauss, 2003), é uma manifestação cultural que merece ser ensinada. O desafio, conforme os autores, reside em dotar o ensino dessas técnicas de “outros sentidos, objetivos e finalidades”, que transcendam a mera eficiência ou o rendimento. Em outras palavras, ao ressignificar o ensino dessas técnicas, o esporte se configura como uma possibilidade potente para a qualificação, a subjetivação e a socialização (Biesta, 2018), permitindo que o aluno se reconheça como sujeito em uma prática que é, simultaneamente, técnica, social e política (Góis Junior, 2025).

Aliás, não trabalhar o esporte na escola de maneira que atenda também o ensino da técnica, como apontam Vianna e Lovisolo (2009), parece estar em desacordo com as expectativas do corpo discente. Os autores afirmam que o discurso crítico enfatiza as dimensões pedagógica e política, deslocando a dimensão técnica do processo educacional. Continuam os autores atestando que se o ensino chamado tecnicista pode ser uma força de exclusão, ainda não foi provado que as propostas contrárias e alternativas, que também pretendem desenvolver habilidades e competências, não o sejam.

A Educação Física é uma das disciplinas do currículo escolar que deve perpassar esses aspectos, mantendo em vista seu objeto de estudo situado na cultura corporal: o movimento humano sob a ótica do pedagógico. Nesses termos, dentro de uma perspectiva de licenciatura, a Educação Física possui potencial de propor ressignificação das práticas da cultura corporal de movimento, como os esportes, dentro dos “códigos e funções” próprios da escola. Para Vago (1996), a escola, ao incorporar o esporte em seu ensino, não o reproduz passivamente, mas o transforma em uma atividade pedagógica, regulada por seus próprios critérios. Isso implica que a formação de professores deve preparar o alunado a mediar essa relação, alinhando-se à função social da escola.

Se o esporte constitui um patrimônio cultural, que promove um espaço de lutas simbólicas e um direito formativo essencial, como argumentamos ao longo desta seção, as normativas educacionais brasileiras não são alheias a essa compreensão. Considerando isso, a seguir, examinamos como as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2018; 2024) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) dialogam com esse argumento.

Esporte, Diretrizes Curriculares Nacionais e BNCC

As DCN para a Formação Inicial de Professores estabelecem, entre outros aspectos, que:

§ 4º As etapas e modalidades da Educação Básica em que os licenciados das diversas áreas do conhecimento poderão atuar são determinadas pelas respectivas diretrizes específicas, articuladas às políticas de valorização desses profissionais, à base comum nacional de que trata o Capítulo III desta Resolução e à base nacional comum para a Educação Básica de que trata o art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996 (Brasil, 2024, s/p.).

Considerando isso, sublinhamos que, para estar em acordo com as diretrizes mandatórias à vigentes no Brasil, estudantes dos cursos superiores em Educação Física deverão ter sua formação baseada tanto nas DCN das Licenciaturas (Brasil, 2024) quanto nas DCN específicas aos cursos de graduação em Educação Física (Brasil, 2018).

Importa compreender, nesse sentido, que a Resolução CNE/CES nº 6/2018 estabelece as DCNs para os cursos de Graduação em Educação Física, tanto na modalidade Bacharelado quanto na Licenciatura. Este documento é crucial, pois define o perfil do egresso, as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas, bem como os conteúdos que devem compor a formação. Dentre eles, é possível notar a presença dos esportes nas Diretrizes desde sua indicação no artigo 3º, passando pelos conhecimentos especificados na Etapa Comum dos cursos (artigo 6º), percorrendo os saberes que os egressos do curso devem saber articular (artigo 7º), além de ser indicado como conteúdo de relevância na formação inicial e continuada de professores de Educação Física – ao tratar, no artigo 9º, da formação específica na Licenciatura (Brasil, 2018). Dessa maneira, a resolução enfatiza a necessidade de uma formação que contemple a diversidade da cultura corporal de movimento e que prepare o futuro profissional para atuar em diferentes contextos sociais.

Além disso, as DCN preconizam o desenvolvimento de competências relacionadas à “produção e difusão do conhecimento na área da Educação Física” (Brasil, 2018, s/p) e à “intervenção profissional pautada em princípios éticos, estéticos e políticos” (Brasil, 2018, s/p.). Nesse sentido, os esportes, por sua natureza social e culturalmente construída, são veículos privilegiados para essa compreensão. Pois permitem que analisemos fenômenos como a competição, a cooperação, a inclusão/exclusão, a ética e a estética do movimento, que são intrínsecos à sociedade. Assim, quando abordados de forma crítica, historicizada e reflexiva, os esportes podem operar como ambiência fértil para a problematização dessas questões, estimulando a pesquisa, a análise e a proposição de práticas inovadoras.

Nessa mesma direção, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Brasil, 2024) estabelecem que tal formação deve garantir o domínio dos conhecimentos pedagógicos e dos conteúdos específicos da área de atuação, de modo a promover a aprendizagem dos estudantes da Educação Básica. No caso da Educação Física, isso implica o domínio das diversas manifestações da cultura corporal de movimento, a saber: jogos, lutas, ginásticas, danças e esportes. Assim, saber planejar, ministrar e avaliar aulas ligadas às manifestações esportivas, considerando as diferentes faixas etárias e contextos escolares, é um conhecimento visto como fundamental para o professor de Educação Física.

Nessa trilha, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), ao estabelecer as competências gerais e específicas para a Educação Física, reforça a importância das práticas corporais, incluindo os esportes, como conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes. No que tange à Educação Física, a BNCC organiza os conteúdos em unidades temáticas. “Esportes” é uma delas reunindo tanto as manifestações mais formais dessa prática quanto outras que dela se desdobram (Brasil, 2018). Dentro dessa unidade, os esportes são explicitamente contemplados, com foco no desenvolvimento de saberes relacionados à sua prática, compreensão de regras, estratégias, táticas e valores. Conforme a Base,

O esporte como uma das práticas mais conhecidas da contemporaneidade, por sua grande presença nos meios de comunicação, caracteriza-se por ser orientado pela comparação de um determinado desempenho entre indivíduos ou grupos (adversários), regido por um conjunto de regras formais, institucionalizadas por organizações (associações, federações e confederações esportivas), as quais definem as normas de disputa e promovem o desenvolvimento das modalidades em todos os níveis de competição. No entanto, essas características não possuem um único sentido ou somente um significado entre aqueles que o praticam, especialmente quando o esporte é realizado no contexto do lazer, da educação e da saúde. Como toda prática social, o esporte é passível de recriação por quem se envolve com ele (Brasil, 2018, p. 215).

Considerando isso, o documento propõe que os/as estudantes experimentem, fruam e compreendam as diversas modalidades esportivas, reconhecendo-as como fenômenos culturais e históricos. Assim, ao abordar os esportes, a BNCC busca promover não apenas o desenvolvimento motor, mas também o cognitivo e o socioemocional. Por meio desta unidade temática, os/as estudantes da Educação Básica são incentivados à experimentação e fruição de diferentes manifestações esportivas valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo; a planejar e empregar estratégias para resolver

desafios táticos e técnicos, tanto individualmente quanto em equipe; identificar e analisar as transformações históricas e sociais dos esportes, bem como as relações de poder e os valores presentes em suas práticas; respeitar as diferenças individuais e de desempenho, promovendo a inclusão e a participação de todos.

Frente a isso, compreendemos que **a alteração formativa para uma possibilidade optativa na abordagem e tratamento dos esportes, de forma mais específica/especializada**, na formação de professores de Educação Física, portanto, estaria em desacordo com as orientações da BNCC, que visa garantir que os estudantes da Educação Básica tenham acesso a esses conhecimentos e experiências. Nesse sentido, a formação de professores deve possibilitar experiências ao/à futuro/a docente para que possam fomentar, nos espaços escolares em que atuarão, vivências com a cultura corporal, propostas pela BNCC (e para além dela), de forma qualificada e crítica, o que inclui o ensino dos esportes em suas múltiplas manifestações.

Os esportes em sua multidimensionalidade

O Coletivo de Autores (1992), em “Metodologia do Ensino de Educação Física”, fundamentou a mudança na forma de conceber a Educação Física no Brasil. Eles posicionam o esporte, incluindo os coletivos, como um dos elementos da cultura corporal de movimento, que deve ser abordado de forma contextualizada, histórica e social. Para o Coletivo de Autores (1992), a Educação Física deve promover a apropriação crítica da cultura corporal de movimento, permitindo que os alunos compreendam o esporte para além de sua prática imediata. Os esportes, nesse sentido, são vistos como um dos elementos que podem contribuir para a formação humana, desde que abordados em suas múltiplas dimensões – histórica, social, política e técnica.

Nessa trilha, Elenor Kunz (2006) enfatiza a importância da vivência e do significado do movimento para o sujeito. Para Kunz (2006), o esporte coletivo não deve ser reduzido a um conjunto de técnicas a serem dominadas, mas sim compreendido como uma prática cultural que permite ao indivíduo expressar-se, interagir e construir sentidos. Os esportes, nesse contexto, são espaços privilegiados para o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da cooperação e da capacidade de tomar decisões em situações complexas e imprevisíveis. Kunz (2006) argumenta que a imprevisibilidade e a necessidade de interação constante dessa experiência proporcionam um aprendizado que vai além

do técnico, contribuindo para a formação de indivíduos mais críticos e conscientes de seu papel no coletivo.

Para Valter Bracht (2010), os esportes, quando abordados criticamente, podem ser importantes para a compreensão da cultura corporal, mas é fundamental desmistificar a ideia de que o esporte é neutro ou universalmente positivo. Pelo contrário, o esporte é permeado por relações de poder, ideologias e valores que precisam ser problematizados. Para o autor, a metodologia do ensino dos esportes deve, portanto, ir além do treinamento, buscando a emancipação dos sujeitos por meio da compreensão crítica das práticas corporais. Isso implica em questionar o porquê de certas modalidades serem mais valorizadas, as questões de gênero, raça e classe social no acesso e na prática esportiva, e a relação entre esporte e mídia. Os esportes, assim, tornam-se um meio para desenvolver a consciência crítica e a capacidade de intervenção social dos alunos.

Tarcísio Mauro Vago (1996), ao complementar a perspectiva de Bracht (2010), aprofunda o debate sobre a autonomia pedagógica, argumentando que a escola, embora permeada por influências socioculturais externas, possui a capacidade de reordenar o sentido do esporte em seu interior. Em vez de uma negação radical, ele explicita que a escola tem a capacidade de produzir uma cultura escolar de esporte que estabeleça uma “relação de tensão permanente” com as práticas esportivas hegemônicas da sociedade. Para Vago (1996), a escola não deve ser uma “correia de transmissão” do esporte de rendimento, mas sim um espaço com “códigos e funções” próprios, capaz de intervir na história cultural da sociedade por meio de um ensino crítico e propositivo do esporte. Essa visão reforça a necessidade de uma formação docente que empodere o/a professor/a a exercer essa autonomia, transformando o esporte em um veículo de reflexão e transformação social, e não apenas de reprodução.

Suraya Cristina Darido e Irene Rangel (2000) defendem a sistematização dos conteúdos na Educação Física com uma abordagem multidimensional que inclui as dimensões conceitual, procedimental e atitudinal. Para as autoras, os esportes são conteúdos centrais, mas devem ser tratados de forma aprofundada, indo além do “saber fazer”. Isso significa que, ao ensinar um esporte coletivo, o/a professor/a deve abordar a dimensão conceitual, que envolve a compreensão das regras, táticas, história, recordes, e as relações do esporte com a sociedade, a mídia e a economia; procedimental, considerando o desenvolvimento do aprendizado e da execução de gestos esportivos, movimentos e táticas específicas da modalidade; e atitudinal, trabalhando com normas, valores e atitudes, como cooperação, competição, respeito, ética, justiça, liderança e a gestão de conflitos, que são inerentes às

práticas esportivas coletivas.

Darido e Rangel (2000) criticam o fato de que a dimensão atitudinal muitas vezes fica implícita ou é tratada apenas em situações de indisciplina, e não como um conteúdo pedagógico planejado. As autoras defendem a ampliação do repertório de práticas corporais, mas reconhecem o potencial formativo dos esportes quando ensinados de forma abrangente e crítica. A inter-relação dessas três dimensões garante uma formação mais completa e significativa para os alunos. Ademais, a análise de Rodrigues e Darido (2008) esclarece que as propostas críticas não buscam abolir o ensino da técnica, mas sim ressignificá-la, questionando a subordinação inconsciente à finalidade a que ela serve. Isso implica que, ao ensinar a técnica, o docente deve promover a reflexão sobre o seu contexto histórico, social e cultural, bem como os valores e as relações de poder que a permeiam. Nesse sentido, o ensinoda técnica deve ser compreendido tanto como um patrimônio cultural passível de análise crítica quanto como um conjunto de conhecimentos corporais específicos que envolvem aspectos biomecânicos do movimento. Assim, para além de problematizar os significados sociais, históricos e culturais das práticas corporais, cabe também possibilitar a compreensão de como os movimentos são realizados, aperfeiçoados e mobilizados em diferentes contextos, considerando elementos como eficiência, precisão, velocidade, interação entre praticantes e segurança na execução.

Para Reverdito e Scaglia (2009), o esporte é um sistema complexo, e o ensino deve valorizar essa complexidade e a não linearidade da aprendizagem. Isso significa promover a inteligência tática, a tomada de decisão e a capacidade de resolver problemas em situações imprevisíveis, em vez de focar apenas na repetição mecânica de movimentos. O/A professor/a, nesse contexto, deve criar ambientes nos quais os esportes permitam desenvolver habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais de forma integrada.

Para Vaz (2010), a Educação Física escolar deve tratar o esporte em suas múltiplas dimensões – social, histórica, cultural – e não como um treinamento para atletas. A escola não deve ser um espaço de reprodução do esporte de alto rendimento, que muitas vezes promove segregação e exclusão. Os esportes, portanto, devem ser objeto de reflexão crítica, explorando suas contradições e potencialidades formativas, e não apenas de reprodução de técnicas. A desnaturalização do esporte, nesse sentido, implica em questionar os valores implícitos, as relações de poder e as construções sociais que permeiam essas manifestações culturais, promovendo uma formação crítica e emancipatória.

A perspectiva dos autores acima sugere que a manutenção e o fortalecimento de conteúdos

como os esportes, abordados de forma crítica e aprofundada, são cruciais para contrapor a tendência de esvaziamento e descaracterização da área, garantindo uma formação integral e humanizadora aos estudantes. A luta pela obrigatoriedade e pela qualidade da Educação Física no currículo é, portanto, uma luta pela valorização de todas as suas manifestações, incluindo os esportes, como veículos de formação crítica e social.

Diante do exposto, consideramos que a minimização dos esportes na formação de professores estaria em consonância com essa lógica de desvalorização, cujos estudos de Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020) criticam veementemente. Portanto, a seguir discorreremos a respeito da Reforma Curricular que atravessamos em nossa instituição, centralizando a primeira proposta apresentada pelo NDE, sublinhando questões e abordando-a a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva.

A proposta de reforma curricular: um convite a pensar

A proposta inicial de reforma curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da EEFD/UFRJ refletia um compromisso evidente com uma formação docente crítica e democrática. Ainda assim, alguns pontos nos parecem merecer maior debate, sobretudo no que diz respeito ao lugar conferido aos esportes na formação de professores, tema que consideramos central para a identidade da área.

Tal proposição curricular afirmava que "o novo currículo foi concebido a partir da compreensão de que formar professores de Educação Física no século XXI exigia muito mais do que ofertar conteúdos técnicos ou disciplinas segmentadas por modalidades" (Reforma Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física – EEFD/UFRJ, 2025, p. 01), embora mirando um objetivo de grande importância à Educação Física contemporânea. A saber: a superação de um ensino meramente tecnicista e fragmentado em consonância com as perspectivas críticas da Educação Física, a interpretação de "disciplinas segmentadas por modalidades", pode levar a uma diluição dos conteúdos específicos, incluindo os esportes.

Para refletirmos sobre isso é necessário lembrarmos que a palavra técnica tem sua origem no grego *téchnè*, significando arte/habilidade/ofício, ou seja, a capacidade de criar ou transformar para atingir um fim (Jaeger, 1989). O sentido da aplicação da técnica depende dos valores éticos e estéticos dos envolvidos. Ela pode ser libertadora na medida em que valoriza a autenticidade de cada um, quando

a utilizamos conscientemente como base para a criação. A criatividade do improviso, por exemplo, é possibilitada pelo “domínio” cada vez maior da técnica: o atleta estadunidense de basquetebol, Michael Jordan, conseguia escolher, enquanto ainda no ar, com qual mão arremessaria e de qual forma seria feito o gesto técnico, tanto devido à sua grande capacidade física quanto em função do conhecimento técnico mobilizado quando em estado de criação de sua jogada. A técnica dos movimentos, bem como a tática (aplicação inteligente dos fundamentos de ataque e defesa) são conhecimentos. A técnica é necessária, o que não quer dizer que necessite responder a um modelo único.

A dessegmentação excessiva sem a garantia de um aprofundamento adequado nos conteúdos específicos pode resultar em uma formação superficial. Conforme defendido pelo Coletivo de Autores (1992), os esportes coletivos são elementos da cultura corporal de movimento e, como tal, precisam ser compreendidos em suas dimensões históricas, sociais, políticas e técnicas. **Cabe perguntar, então, se a manutenção dessas disciplinas como optativas de escolha condicionada é suficiente para garantir esse aprofundamento a todo o corpo discente.**

Nesse cenário, o próprio documento da proposta oferece elementos para essa reflexão, ao definir, no âmbito das normativas formativas da UFRJ, que as disciplinas optativas de escolha condicionada “[...] são aquelas que o aluno pode escolher dentro de um grupo específico, definido pelo curso, e que são consideradas como complemento curricular”, operando como “[...] uma forma de a/o aluna/o complementar sua formação com disciplinas que se encaixam no seu interesse específico, mas dentro de um grupo definido pelo curso” (Reforma Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física – EEFD/UFRJ, 2025, p. 38).

Essa definição situa a disciplina optativa como complemento à formação, e não como núcleo estruturante. Entendemos, a partir disso, que a retirada da obrigatoriedade de disciplinas especializadas em manifestações esportivas pode não garantir que esses aspectos sejam abordados de forma satisfatória em um currículo mais "integrado", uma vez que a oferta como disciplina optativa, mesmo que condicionada a um grupo definido, não assegura que todo o corpo discente terá acesso a esses conteúdos. Pelo contrário, pode-se perder a oportunidade de explorar a riqueza pedagógica inerente a cada modalidade.

A referida proposta de reforma inicialmente apresentada para subsidiar o diálogo com o corpo social da Instituição declarava que as modificações socializadas objetivavam “desenvolver saberes pedagógicos, epistemológicos, éticos e políticos que permitam ao futuro docente compreender a escola

como espaço de disputa simbólica, de acolhimento das diversidades e de construção de sentidos sobre o corpo, o movimento e a cultura” (Reforma Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física – EEFD/UFRJ, 2025, p. 01). Embora a valorização desses saberes seja fundamental para a formação de um/uma professor/a crítico/a, a ênfase excessiva neles sem a devida articulação com os conteúdos específicos da Educação Física poderia esvaziar a identidade da área. Diante disso, algumas problematizações nos parecem centrais.

Pensando junto com a Resolução CNE/CP nº 4/2024 que afirma que a formação docente deve garantir o domínio dos conhecimentos pedagógicos e dos conteúdos específicos da área de atuação, compreendemos que a mobilização desses saberes não pode ser feita por um em detrimento do outro, mas que devem operar na formação a partir de uma articulação indissociável. Lembremos, portanto, o que Valter Bracht (2010) e Elenor Kunz (2006) nos alertam: corremos o risco de uma Educação Física que se afasta de suas práticas corporais, tornando-se uma disciplina genérica. Considerando isso, centralizamos os esportes como conteúdos potentes para o desenvolvimento dos saberes pedagógicos, epistemológicos, éticos e políticos citados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. É também a partir da vivência e da reflexão sobre/com a prática dos conteúdos específicos da Educação Física, tal como os esportes, que o/a professor/a pode, por exemplo, problematizar as relações de poder, a inclusão/exclusão, a cooperação e a competição, e a construção de sentidos sobre o corpo e o movimento.

Reflexões que se encontram com o discurso de Reverdito e Scaglia (2009) a respeito de uma Pedagogia do Esporte, promovendo a inteligência tática, a tomada de decisão e a capacidade de resolver problemas em situações imprevisíveis. Esses são saberes pedagógicos que emergem diretamente da prática dos esportes. Acreditamos, a partir disso, que a formação de professores/as deve oferecer subsídios, saberes e espaço para que o/a licenciando/a possa utilizar os esportes como um meio para desenvolver essas competências, articulação constante e indissociável com as teorias pedagógicas.

No que tange à necessidade de incorporação de "novas temáticas sociais urgentes e estruturantes, como Educação Física e diversidade, relações étnico-raciais, inclusão, direitos humanos, questões de gênero e sexualidade, acessibilidade, educação anticapacitista e inteligência artificial" (Reforma Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física – EEFD/UFRJ, 2025, p. 01) ao novo currículo proposto, entendemos que tais temáticas podem, e devem, ser abarcadas tanto de forma

específica com componentes curriculares que as discutam em centralidade, quanto encontrarem confluência com os conteúdos específicos da Educação Física. Sob esse olhar, acreditamos que as manifestações esportivas, por sua natureza social e interativa, criam contextos ideais para discutir e vivenciar questões de diversidade, inclusão, direitos humanos e gênero. Por exemplo, a discussão sobre a participação de diferentes gêneros em esportes, a adaptação de regras para inclusão de pessoas, ou a análise das relações étnico-raciais no esporte, são temas que podem e devem ser trabalhados através da prática e da reflexão sobre os esportes.

A desnaturalização do esporte, para a qual nos convoca Alexandre Fernandez Vaz (2017), exige que questionemos os valores implícitos, as relações de poder e as construções sociais que permeiam essas manifestações culturais. Nesse sentido, é possível integrar as temáticas sociais de forma significativa ao estudo dos esportes. Trata-se de propor uma formação que permita ao/à licenciando/a vivenciar os esportes como ambiência para discutir essas (e outras) questões sociais, fortalecendo a relevância da Educação Física como campo de conhecimento comprometido com a formação de cidadãos/cidadãs críticos/as e engajados/as.

Sob outro olhar, consideramos que a diluição de “disciplinas segmentadas por modalidades” pode reproduzir uma lógica similar à desvalorização da Educação Física, tal como criticada por Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020) na BNCC e no Novo Ensino Médio, o que nos parece um risco a ser considerado nesse debate. Afinal, a formação de professores que não dominam profundamente os conteúdos específicos, como os esportes, estará despreparada para enfrentar os desafios da Educação Básica e para implementar as propostas da BNCC que, mesmo limitada, necessita de qualificação. A luta pela obrigatoriedade e pela qualidade da Educação Física no currículo é, portanto, uma luta pela valorização de todas as suas manifestações, incluindo os esportes, como dimensões formativas crítica e social.

Contudo, é crucial ressaltar que a defesa que fazemos à presença do esporte no currículo da Licenciatura em Educação Física não se pode confundir com a defesa de um retorno acrítico ao modelo da “ciência para o esporte” tal como historicamente concebido que, por vezes, priorizava a eficiência e o rendimento em detrimento de outras dimensões (Linhales; Silva; Santos, 2021). Pelo contrário, nossa perspectiva defende uma síntese em que a complexidade técnica e tática do esporte está vinculada a uma abordagem crítica e humanista e valorizada como parte de um “patrimônio cultural e de um direito fundamental” (UNESCO, 2015). Essa integração visa promover um “modo não ego-lógico de ser no

mundo” (Biesta, 2018) dos sujeitos, reconhecendo, por um lado, o esporte como um espaço de disputas (Góis Junior, 2025) e, por outro, como uma potente experiência para a formação crítica do futuro docente.

É nesse sentido que acreditamos na possibilidade de uma formação docente crítica e democrática que **assegure, desde o currículo formal obrigatório, a presença** das manifestações esportivas a partir de modalidades específicas em nossa IES. Os esportes, longe de serem meros "conteúdos técnicos", são práticas culturais ricas em potencial pedagógico, capazes de promover, junto com os demais conteúdos formativos, o desenvolvimento integral dos estudantes e de formar professores/as que possam atuar de forma transformadora na Educação Básica. A **formação de professores em Educação Física** deve, portanto, garantir que os esportes sejam abordados de forma aprofundada, crítica e contextualizada, em consonância com as Diretrizes Nacionais vigentes e a literatura da área.

Considerações, temporariamente, finais

Dispusemo-nos neste ensaio a refletir sobre a primeira versão da reformulação curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da IES a qual estamos vinculados, apresentada pelo NDE de nossa Unidade Acadêmica ao corpo social em 09 de setembro de 2025, cujo objetivo era a adequação do Projeto Político Pedagógico da Instituição à Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024). Nossa problematização esteve centrada **na instituição de uma disciplina obrigatória de 60 horas voltada às modalidades esportivas coletivas, num contexto em que outras quatro disciplinas alinhadas a essa temática tornaram-se eletivas de escolha condicionada**. Nesse cenário, sustentamos o argumento de **que é a obrigatoriedade, e não a eventualidade da oferta de uma disciplina optativa condicionada, que assegura que todo/a licenciando/a tenha contato com essas quatro modalidades esportivas no decurso de seu processo de formação inicial, tendo em vista que os conhecimentos considerados estruturantes, fundamentais e inegociáveis à formação devem compor seu currículo formal obrigatório e não estarem dependentes de uma escolha intencional e particular dos estudantes**.

Frente a isso, discorreremos aqui a respeito da importância dos esportes no currículo de Educação Física da formação de professores/as de nossa IES. A análise das Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes (Brasil, 2018; 2024) e da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) demonstra que, no

contexto de ensino-aprendizagem da Educação Física, os esportes são vistos como componentes essenciais para a formação integral dos estudantes da Educação Básica, promovendo o desenvolvimento de suas dimensões motoras, cognitivas e socioemocionais.

As perspectivas de referências teóricas importantes à área, apresentadas ao longo deste texto, convergem para a necessidade de uma abordagem crítica, multidimensional e contextualizada das manifestações esportivas. As autorias destacam o potencial pedagógico dessas práticas para além do tecnicismo e do rendimento, enfatizando a construção de sentidos, a autonomia, a cooperação, a reflexão crítica sobre as relações de poder e a promoção de valores éticos e sociais.

Assim, a primeira versão proposta com o objetivo de promover a reforma curricular em nossa Instituição, embora em alinhamento a saberes pedagógicos, carecia, em nossa perspectiva, de maior articulação com os conteúdos específicos da Educação Física, podendo ocasionar uma formação superficial dos/das futuros/as docentes para os desafios e conhecimentos mobilizados na Educação Básica.

Nesse cenário, a EEFD/UFRJ, **representada por todos os seus atores sociais**, enquanto instituição formadora confronta-se com o que Gert Biesta (2018) denomina o "dever de resistir" das instituições educacionais. Para o autor, a educação não pode sucumbir à pressão de se tornar meramente funcional ou instrumental, adaptando-se passivamente às demandas sociais e econômicas. A escola, e por extensão a universidade em sua função formadora, deve ser ambiência que possibilite aos sujeitos de seu corpo social posicionar-se criticamente e de forma autônoma. Logo, mesmo diante da necessidade de adequação às Diretrizes de 2024 por parte dos cursos de Licenciatura do Brasil, o dever de resistir implica que a adequação normativa não pode se traduzir em esvaziamento dos saberes que constituem a identidade epistemológica de cada licenciatura. No caso da Educação Física, isso significa preservar o estudo da cultura corporal de movimento e suas manifestações próprias, como os esportes coletivos, sob risco da formação docente perder justamente aquilo que possibilita a leitura crítica e autônoma desse campo de conhecimento. A não articulação entre saberes pedagógicos e específicos pode resultar, assim, em uma formação que falha em promover a subjetivação e a socialização em favor de uma qualificação genérica e insuficiente. Garantir a abordagem aprofundada dos esportes coletivos é, portanto, um ato de resistência pedagógica.

Sob esse ponto de vista, nossas intenções ao suscitarmos tais reflexões, vão ao encontro de fomentarmos nosso compromisso Institucional, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, com

uma formação docente pública, crítica e socialmente referenciada de excelência que possa garantir que os esportes coletivos sejam abordados de forma aprofundada, contextualizada e não leviana no currículo de Educação Física. Longe de serem meros "conteúdos técnicos", os esportes coletivos são práticas culturais ricas em potencial pedagógico, capazes de contribuir diretamente, junto aos demais conteúdos, com desenvolvimento integral dos/das estudantes, formando professores/as mais preparados para atuar de forma engajada na Educação Básica. A valorização e o fortalecimento dos esportes coletivos no currículo são, portanto, um compromisso com a qualidade da formação de futuros/as educadores/as e com a relevância social da Educação Física.

Referências

ADORNO, Theodor. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

BELTRÃO, José Arlen; TAFFAREL, Celi NelzaZulke; TEIXEIRA, David Romão. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020.

BIESTA, Gert. O dever de resistir: sobre escolas, professores e sociedade. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 21-29, 2018.

BRACHT, Valter. A Educação Física no ensino fundamental. **Seminário Nacional do Currículo em movimento**, v. 1, p. 1-14, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física, Bacharelado e Licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, Luciana Bicalho da. A produção da EducationPhysiqueSportiveGeneralisée na França: o esporte como possibilidade educativa. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77004, 2021.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física Na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica**. GrupoGen-Guanabara Koogan, 2000.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Esportes para as juventudes e a ditadura brasileira em uma imprensa alternativa nas décadas de 1960 e 1970. **Fênix — Revista de História e Estudos Culturais**, v. 22, n. 2, p. 474-495, 2025.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; MELO, Victor Andrade de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 343-360, jun. 2015.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ed. Unijuí, 2006.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. **Educação e Realidade**, v. 28, n. 2, p. 101-115, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643/14981>. Acesso em: 29 mar. 2026.

LEONARDO, Lucas; SCAGLIA, Alcides José; REVERDITO, Riller Silva. O ensino dos esportes coletivos: metodologia pautada na família dos jogos. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 236-246, 2009.

LINHALES, MeilyAssbú; SILVA, Giovanna Camila da; SANTOS, Fernanda Cristina dos. Ortopedia do corpo, eficiência dos gestos, ciência para o esporte: modelos pedagógicos na Educação Física brasileira e na formação de seus professores. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e76991, 2021.

MARINHO, Vitor. **Consenso e conflito: educação física brasileira**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 399-422.

Reforma Curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física – EEFD/UFRJ. Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://sei.ufri.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=6174792. Acesso em: 02 de Agosto de 2026.

REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides José; PAES, Roberto Rodrigues. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 600-610, 2009.

ROSÁRIO, Luís Fernando Rocha; DARIDO, Suraya Cristina. A sistematização dos conteúdos da educação física na escola: a perspectiva dos professores experientes. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 167-178, 2005.

RODRIGUES, Heitor de Andrade; DARIDO, Suraya Cristina. A Técnica Esportiva em Aulas de Educação Física: um olhar sobre as tendências sócio-culturais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 139 – 154, 2008.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O esporte em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1963-1985). In: DEL PRIORE, Mary et al. (Org.). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, 2009.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por. Acesso em: 26 de março de 2026.

VAGO, Tarcísio Mauro. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente – Um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 4 - 17, 1996.

VAZ, Alexandre Fernandez. Jogos, esportes: desafios para a Educação Física Escolar. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, n. 2, 2010.

VAZ, Alexandre Fernandez. Esporte: encontro entre corpo, técnica e tecnologia. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 7, n. 2, 2017.

VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Desvalorização da aprendizagem técnica na Educação Física: evidências e críticas. **Motriz Revista de Educação Física**, p. 883-889, 2009.